

Teletrabalho: Sindicato convoca assembleia de estado de greve

O Sindipetro/MG convoca os trabalhadores em regime de teletrabalho para assembleia no dia 26/02, a partir das 7h30, na tenda próxima à portaria da Regap, para avaliar e deliberar o estado de greve. A assembleia envolve os trabalhadores da Petrobrás e Transpetro em Minas Gerais, lotados na Regap e na UTE Ibitiré.

O Sindicato já realizou uma série de reuniões setorializadas para construir uma mobilização em conjunto com os trabalhadores de base e tem participado da articulação com outros sindicatos e a FUP para a construção de uma luta nacional em defesa do teletrabalho. No dia 26/02, acontecerão paralisações no Rio de Janeiro e em outras bases.

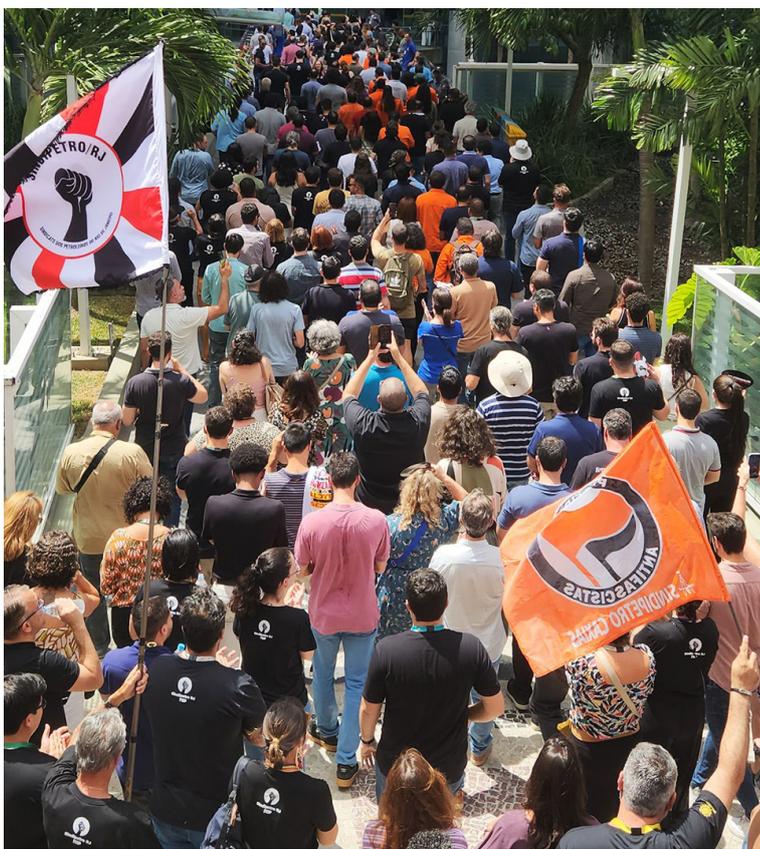
Para o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, nas unidades operacionais, também é importante o envolvimento de todos os impactados com as mudanças nas regras do teletrabalho. “O estado de greve é um alerta à gestão

da Petrobrás de que a categoria está se mobilizando para barrar esse tipo de ataque. Não adianta mais reclamar pelos corredores: só a luta da categoria será capaz de abrir negociação”, reforça.

Também é fundamental o apoio dos outros setores da categoria à essa luta, pois não é possível aceitar o autoritarismo da gestão da presidenta Magda Chambriard sobre quem quer que seja. “Nossa resposta vai dar o tom de como será o ano nas negociações importantes que teremos à frente como as do Plano de Cargos e do ACT”, opina Guilherme.

Carta ao Lula

No dia 17 de fevereiro, a FUP entregou uma carta ao presidente Lula, destacando as prioridades e reivindicações da categoria petroleira, durante a cerimônia do Programa de Renovação da Frota Naval



do Sistema Petrobrás, em Angra dos Reis (RJ)

A carta frisa a importância do fortalecimento da negociação sindical, evitando a individualização das relações de trabalho.

A FUP defende uma Petrobrás fortalecida como motor do desenvolvimento econômico, social e da transição energética justa e reivindica respeito e valorização dos aposentados, com revisão dos déficits

da previdência (Petros) e assistência médica (AMS). Também cita a necessidade de reestatização de ativos vendidos, como as refinarias RLAM (BA) e Reman (AM); a retomada da produção de fertilizantes, para fortalecer a segurança alimentar e a economia nacional, assim como a revisão do Marco Legal das Estatais para garantir que a Petrobras atue em prol do interesse público.

Abaixo-assinado contra riscos do benzeno

Sindicatos da FUP, da FNP e de outras categorias de trabalhadores lançaram um abaixo-assinado contra a adoção do Limite de Exposição Ocupacional (LEO) ao benzeno, considerado um retrocesso nas normas de proteção à saúde dos trabalhadores por aumentar os riscos de contaminação por benzeno.

O benzeno é uma substância química líquida, volátil e inflamável, oriunda do petróleo e do carvão. Estabelecer um “limite” de tolerância ao benzeno no ambiente vai aumentar os riscos de adoecimento e de morte por exposição a esse agente altamente cancerígeno.

Atualmente existe o Valor de Referência Tecnológico (VRT) estabelecido no Acordo Nacional do Benzeno (ANB) em 1995

e que determina 1ppm (parte por milhão) de Benzeno no ambiente de trabalho. Esse valor foi definido para minimizar a exposição a essa substância que está diretamente relacionada à morte de trabalhadores e trabalhadoras do setor petrolífero, petroquímico, químico, siderúrgico e aeroviário, dentre outros.

Para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, participe do abaixo-assinado contra esse retrocesso na regulamentação do benzeno. O documento será entregue ao Ministro Sr. Luiz Marinho, do Ministério do Trabalho e Emprego até o dia 10 de março.

Acesse e assine!
sindipetro.org/benzeno



AXPR assedia com advertências e demissões

Nesta semana, o Sindipetro/MG recebeu mais denúncias contra a empresa AXPR. Três trabalhadores foram demitidos, levando os demais à uma situação de sobrecarga de trabalho e adoecimento.

No dia 18/02, a AXPR distribuiu cartas de advertência, alegando que a paralisação feita pelos trabalhadores, assim como as faltas com atestados médicos, afetou financeiramente a empresa. “Essa atitude da empresa configura-se cerceamento do livre direito de organização dos trabalhadores em defesa das condições de trabalho dignas e por não receberem salário em dia. Um absurdo”, opina o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

Segundo a denúncia, a empresa não tem funcionários na oficina para atender as demandas da Regap, não dispõe de ferramentas e EPI’s, utilizando materiais emprestados de outras empresas; entre outras situações que demonstram a precariedade da AXPR, empresa denunciada por diversas vezes por atraso no pagamento de salários e benefícios..

O Sindicato também recebeu denúncias contra a empresa VIX, que constantemente é denunciada por descumprimentos trabalhistas. A informação é de que o reajuste salarial foi rebaixado e é inferior ao índice de reajuste do contrato da Regap. Na empresa MIPE, denunciada na semana passada pelo Sindipetro/MG, os trabalhadores da UTE Ibitité e da Transpetro cruzaram os braços pela falta de solução para os inaceitáveis atrasos em pagamentos e benefícios.

Melhorias na prestação de serviços na Petrobrás são demandas históricas do Sindipetro/MG e da FUP e foram discutidas no Fórum sobre Prestação de Serviços de Terceiros, realizado no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro. Representando o Sindipetro/MG, a diretora Samara Leal participou do evento e destacou os problemas relacionados ao modelo de contratação e à política de fiscalização da Petrobrás, que contribuem para a violação de direitos e a precarização das condições de trabalho dos empregados contratados.